
A imprensa como fonte histórica: o caso dos indígenas no Rio Grande do Sul

*Cíntia Régia Rodrigues**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar a forma como o indígena é representado na imprensa sul-rio-grandense no período que compreende o surgimento dos jornais *A Federação* (1884), e *Correio do Povo* (1895), até o ano de 1910, data de delimitação do trabalho. Os jornais devem ser entendidos como instrumentos pelos quais a sociedade produz modelos, reflexões e representa percepções de época. Serão vislumbrados, em tendências gerais, os fundamentos dos respectivos jornais citados e seu posicionamento em relação ao indígena, para a sociedade sul-rio-grandense.

Palavras-chave: imprensa, sociedade sul-riograndense, índio.

Abstract: This work has as objective to present the aboriginal in the Press South-Rio-grandense in the period that the sprouting of the periodical understands the Fedecacy (1884), and the Post office of the People (1895), until the year of 1910, date of delimitation of the work. The periodicals must be understood as instruments for which the society produces models, reflections and represents time perceptions. They will be glimpsed, in general trends, the beddings of respective cited periodicals and its positioning in relation to the aboriginal, for the society south-rio-grandense.

Key Words: press, society sul-riograndense, indian.

A imprensa sul-rio-grandense na transição da Monarquia para a República

Ao longo do tempo, o estudo da imprensa vem firmando-se como importante fonte para a construção da história, inter-relacionando-se com as práticas políticas, econômicas, sociais e mesmo com as correntes ideológicas dos mais diversos setores da sociedade.¹

Algumas correntes afirmam que existe um problema no trato com os jornais pelos historiadores, no que tange à falta de uma crítica ao conteúdo jornalístico e à sua utilização.² Por isso, ressalta-se que os jornais devem ser

* Mestre e Doutoranda em História pela Unisinos; professora da Facvest – Faculdades Integradas de Lages; e-mail: regia_rs@hotmail.com

apreendidos enquanto fontes históricas, não como “expressão da verdade” de uma época ou como condutores imparciais na “transmissão de informação”, mas como um dos instrumentos pelos quais a sociedade produz modelos, reflexões e representa percepções de época. Conforme Clifford Geertz, em sua obra *A interpretação das culturas*, não existe um documento totalmente imparcial, pois todo relato já é, em si, interpretação, reelaboração. Para Geertz, “[...] no fundo da base factual, a rocha dura, se é que existe uma, de todo empreendimento, nós estaríamos sempre explicando e, o que é pior, explicando explicações”. (GEERTZ, 1990, p.19).

Deve-se ter presente que a história da imprensa no Rio Grande do Sul tem seu início em 1827, com o aparecimento do primeiro jornal gaúcho, o *Diário de Porto Alegre*.³

Durante o século XIX, no Rio Grande do Sul e no restante do País, a imprensa era de caráter partidário, ou como caracteriza Alves,⁴ praticava-se um jornalismo opinativo. Ainda como destaca Alves,⁵ durante todo o século XIX, a imprensa escrita figurou como o principal meio de comunicação entre a sociedade sul-rio-grandense. Figuravam, ao lado dos pasquins, as folhas noticiosas e as literárias, que surgiram a partir das preocupações com a cultura, a ciência e as humanidades.

Cabe enfatizar que não há um só jornal nesse período que tenha sido fruto de iniciativa particular, todos eles estavam filiados a partidos políticos dominantes. Para Alves, a imprensa do século XIX caracterizava-se:

Como meio de comunicação mais eficaz na difusão de informações e opiniões, ao longo do século XIX, a imprensa escrita teve um papel significativo na formação dos hábitos, dos gostos, das atitudes, dos desejos e, enfim, da opinião pública, de modo a constituir-se num instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social.⁶

Porém, entende-se que essa afirmação deve ser relativizada, posto que os jornais, no período em questão (1884-1910), não poderiam ser fontes amplamente utilizadas por toda a sociedade sul-rio-grandense, pois havia um custo para se adquirir um jornal e, além do mais, o processo de alfabetização no estado não era realizado em larga escala, não havia muitas escolas; a maioria era freqüentada por filhos de indivíduos influentes, que detinham um capital econômico expressivo.⁷ Então, o jornal era um artigo de luxo, lido por pessoas de cabedal. E não se sabe até que ponto a imprensa criava modelos com potencialidade de intervir na vida social de todo o conjunto da sociedade sul-rio-grandense;⁸ sobre as camadas mais abastadas e/ou letradas, no entanto, sua influência era inquestionável.

No trabalho com a imprensa, é necessário vislumbrar que o segmento, com o qual se está trabalhando, era elaborado por uma *elite* composta por indivíduos influentes. É pertinente destacar que existem vários tipos de elite, como por exemplo: a econômica, a política, a administrativa, a intelectual. De acordo com Heinz: “Elite seria um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, com referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. (HEINZ, 1998, p. 50).

Utilizando-se da linguagem dos jornais, a imprensa tem a capacidade de determinar valores morais, ser direcionada para incendiar paixões políticas, classificar, justificar categorias e grupos sociais, isso é “um ato de poder”, como se encontra em Bourdieu.⁹ Dessa forma, vislumbra-se que a imprensa detinha “poder” perante a sociedade, não pela violência, pois a imprensa não deve ser vista apenas como um elemento de repressão, mas também como uma “força” que gera reflexões, induz ao prazer, forma opiniões e produz discursos.¹⁰ O discurso é considerado histórico quando “produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos”. (ORLANDÍ, 1989, p. 35).

Aliado a isso, Schaff (1995)¹¹ afirma que o conhecimento é um processo, em que existe um sistema de referências, ocorrendo a seleção ou reunião de fatos. Logo, é pertinente destacar que a interpretação das informações adquiridas na imprensa também está condicionada aos significados que se detém, dependendo de onde o indivíduo esteja posicionado socialmente, posto que os grupos formam consensos, que por sua vez formarão o tecido social mais amplo com seus consensos e suas tensões.

Outro ponto importante, quando do trabalho com a imprensa, centra-se no próprio “silêncio” dos jornais em alguns períodos, como destaca Orlandí: “O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar sobre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito.” (ORLANDÍ, 1995, p. 13). Entende-se por silêncio nos jornais a ausência de informações de um determinado assunto, no caso em questão, sobre os índios, em determinados períodos, posto estarem presentes no cenário regional; porém, não estavam sendo reportados pela imprensa. Essa ausência leva à indagação sobre os motivos que estavam por trás dessa política de omissão dos jornais com a questão indígena, pois as notícias referentes ao indígena, em determinados períodos, eram escassas.

A própria política pouco operante do governo federal em relação ao índio é um fator que pode ter influenciado alguns períodos de silêncio, por parte da imprensa; mesmo assim o índio ainda aparecerá mais na imprensa, durante o século XIX e início do XX, que nas políticas estatais.

Inicialmente, pretendia-se trabalhar especificamente com o século XIX, mas, no decorrer da pesquisa, percebeu-se a inviabilidade dessa proposta. Nos jornais que antecedem diretamente a delimitação do início da nossa pesquisa, dominavam as colunas com publicações oficiais chamadas “correspondências”: cartas de leitores; transcrições e pequenos anúncios de terras, de escravos ou de utilidades.

Nesses jornais,¹² nos números a que tivemos acesso, o silêncio sobre o indígena dominava, não sabemos se por motivos ideológicos ou porque os indígenas não eram noticiados. Também não foi possível a observação devido à dificuldade em encontrar jornais e periódicos que detivessem uma continuidade ou seqüência temporal, pois a grande parte dos jornais trabalhados no período, que se estende de 1850 até o nascimento de *A Federação*, está avulsa, ou quase totalmente sem condições de uso. Esse fator impossibilitou a explicitação da forma como o índio era apresentado à sociedade sul-rio-grandense no século XIX. Nesse sentido, constatou-se que dever-se-ia trabalhar com jornais que eram produzidos em larga escala para a época, e que circulavam diariamente. Aliado a isso, notou-se que os jornais *A Federação* e o *Correio do Povo* adinham de fases distintas da imprensa sul-rio-grandense (como se verá a seguir), o que poderia acarretar uma visão mais enriquecida da imagem do índio no período trabalhado, entendendo de que forma os jornais em questão tratavam o índio, pois também era distinto no que tange às características gerais. Iniciou-se, então, uma pesquisa nos jornais *A Federação* e o *Correio do Povo* e sendo abandonados os jornais menores, já que estes também apresentavam problemas semelhantes aos citados anteriormente no que diz respeito à sua longevidade e ao seu estado de conservação.

A partir das três últimas décadas do século XIX, ocorre um grande desenvolvimento da imprensa gaúcha, acompanhando o movimento nacional. Dessa forma, as práticas jornalísticas se expandem. Além disso, com o aprimoramento das técnicas, passam a existir grandes e pequenos jornais, os primeiros com mais recursos financeiros e mais organizados, os segundos, com mais dificuldades para se expandir. Nessa etapa de especialização da imprensa sul-rio-grandense, surgiram periódicos que visavam a determinados grupos da sociedade.¹³ A historiografia destaca, ainda, que ocorre um afloramento do caráter político-partidário da imprensa. A inversão partidária

de 1868 na política brasileira (quando o Imperador D. Pedro II, em função de crises internas referentes à Guerra do Paraguai e do desgaste político, resolve afastar os Liberais do poder trazendo de volta os Conservadores, substituindo o Gabinete de Zacarias pelo de Itaboraí) faz renascerem as disputas político-partidárias na imprensa nacional.

Os embates partidários na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cada vez mais, passaram a ser descritos pela imprensa, principalmente na transição da Monarquia para a República, quando houve um maior desenvolvimento da imprensa opinativa. Além dos debates da época imperial, também se discutia a política dos castilhistas e de seus opositores. Surgiram, portanto, vários jornais, periódicos, folhetins, noticiosos, que representavam determinados setores da sociedade, como o dos trabalhadores, dos militares, dos fazendeiros, dos colonos, dos abolicionistas, entre outros.

Então, ocorre um desenvolvimento quantitativo e qualitativo da imprensa gaúcha, fenômeno que se estenderá até a passagem do século XIX para o XX. Como afirma Alves, “nos fins do século XIX, estava se tornando evidente a mudança na imprensa brasileira: a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial”. (ALVES, 2000, p. 30). Com o tempo, o jornal perderia a exclusividade em termos de veículo de comunicação, mas ganharia novas características. Conforme Sodré, “o jornal se transformará em empresa capitalista de maior ou menor porte”. (SODRÉ, 1966, p. 316).

Na imprensa gaúcha, uma nova fase se inicia quando da estruturação do Jornal *Correio do Povo* em 1895. Segundo Reverbel, “foram lançadas as bases da imprensa moderna no Rio Grande”. (REVERBEL, 1956, p. 259). A característica de cunho político-partidário perde terreno na imprensa, o jornalismo empresarial trazia uma imprensa “informativa”, sendo até a política tratada como notícia e não, como anteriormente, centro da discussão.

Quanto à circulação dos jornais *A Federação* e o *Correio do Povo*, no interior do estado, acredita-se que havia agentes de ambos os jornais que eram encarregados de distribuir os jornais por assinaturas e eram também responsáveis por angariar novas. Havia, inclusive, os correspondentes locais dos jornais, estes tinham a função de remeter as notícias do interior do estado para a capital, a fim de que essas informações fossem expostas nos referidos jornais. Daí percebe-se uma rede entre Porto Alegre e o interior do estado, mesmo com o atraso de dias após a publicação.

Esses dados podem ser comprovados pelo fato de que, em algumas edições de ambos os jornais, eles divulgavam seus agentes no interior do estado e na capital, assim como seus correspondentes locais. Já em Porto Alegre, havia uma grande circulação dos jornais *A Federação* e o *Correio do Povo*; indivíduos de camadas mais abastadas da sociedade sul-rio-grandense adquiriam os jornais. A questão partidária também influenciava, pois havia muitos correligionários do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) em Porto Alegre e no interior do Estado, que faziam assinaturas para ter o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense.

***A Federação* – Um jornal político-partidário**

O jornal *A Federação*,¹⁴ nasceu em Porto Alegre em 1º de janeiro de 1884 e circulou até o ano de 1937. Esse jornal era um órgão do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e suas bases estavam alicerçadas no positivismo.¹⁵ O PRR utilizava o jornal para disseminar seus ideais positivistas. *A Federação* articulava, em suas publicações, questões políticas ligadas ao estado e ao País, além de apresentar as ocorrências policiais, trazendo ainda alguns anúncios, geralmente para vender e comprar escravos. Circulava em Porto Alegre de segunda a sábados nos anos pesquisados. O período pesquisado vai de 1884 a 1910, quando se cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

Nesse jornal encontram-se notícias referentes ao indígena de todas as partes do Brasil, e não apenas do estado do Rio Grande do Sul. Aliás, o maior número de ocorrências advém de outros estados, no caso específico sul-rio-grandense havia poucas chamadas. Dos outros estados da União encontraram-se 37 notícias referentes aos indígenas: já no Rio Grande do Sul, encontraram-se sete notícias. Dentre o período de 1884 a 1910, encontraram-se, então, 44 chamadas no total.

A Federação firmava suas raízes na ideologia positivista, sendo que foram detectadas no jornal 33 notícias que se enquadravam nos preceitos comteanos em relação ao indígena; algumas destas serão apresentadas no terceiro capítulo.

O PRR utilizou-se do jornal para tratar sobre o órgão criado em 1908 (Diretoria de Terras e Colonização):

O nosso amigo dr. Carlos Torres Gonçalves, director da Diretoria de Terras e Colonisação, já fez entrega ao nosso amigo dr. Candido de Godoy, secretario das Obras Publicas do seu copioso e interessante relatorio sobre os indigenas do Rio Grande do Sul.

Neste trabalho, que consta de muitas paginas, vem tratando desenvolvidamente os toldos do rio Ligeiro e Fachinal relação entre os occidentaes e os indigenas, informações sobre a vida e os costumes delles, situação e população dos diversos toldos do Estado, que o dr. Torres Gonçalves calcula, pelos dados que colheu na sua recente visita aos toldos, em cerca de 300 habitantes. O director de Terras e Colonisação propõe ao governo do Estado, para que todo o serviço de protecção fraterna aos indigenas deste Estado, passe para a Directoria de Terras e Colonisação, e que melhormente poderá attendel-o, intervindo junto aos toldos, seja directamente, seja por intermedio das commissões respectivamente mais proximas, a elle subordinada.¹⁶

A efetiva criação do SPILTIN, em 1910, vem unir-se a uma proposta, uma política nacional para os indígenas, que deveria acabar com o problema fundiário, aldeando-os e assim abrindo espaço para as frentes nacionais e aos propósitos positivistas de civilização do índio. Nesse âmbito abriu-se um grande espaço na primeira página de *A Federação* para os pronunciamentos do representante do governo federal e do presidente do SPILTIN, Rondon,¹⁷ dentre outros. Esse jornal abria espaço para fatos importantes, como solicitações dos índios, ao governo federal ou estadual, de providências contra invasões de colonos em locais habitados pelos mesmos. Pois, como citado anteriormente, o avanço da sociedade nacional fez com que os índios, gradativamente, fossem rechaçados das terras que ocupavam. A seguir elenca-se um apelo indígena ao estado, referente ao fato acima mencionado:

Achavam-se em São Paulo, há dias indios da tribu guarany, que vivem no antigo aldeamento de São João Baptista do Rio Verde, proximo a Itaporanga. Elles foram, com o seu chefe, falar ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, afim de solicitar auxilios de modo a não serem perturbados na posse dos terrenos que cultivam e onde vivem. Queixam-se os indios guaranys de ainda não terem podido falar com o presidente – o seu maior desejo; confiavam em que, falando directamente a s. ex., teriam as providencias que desejavam. O chefe, em conversa no Diario Popular, disse que aquelles que lhes querem tirar as terras que cultivam são homens poderosos que mandam em todos: queixaram se ao delegado de policia, e este, além de dar pancada no capitão Joaquim de Almeida, chefe da tribu, mandou pol-o no xadrez, ameaçando de espancal-o mais, si tornasse a aborrecel-o. O aldeamento conta cerca de 800 pessoas que se mostram descontentes com as auctoridades.¹⁸

Também foi encontrada no jornal uma coluna diária, que se intitulava *Para impressionar o indígena*. Esta pretendia divertir os leitores pertencentes a uma camada mais abastada da sociedade sul-rio-grandense, ironizando-os a partir de um conceito de ingenuidade, contando fatos extraordinários ou “esdrúxulos”, de difícil credibilidade. Eram apresentados vários contos e notícias, algumas advindas da Europa. Dentre as várias informações trazidas pela coluna *Para impressionar o indígena*, ver-se-á a seguir de que forma a coluna se apresentava aos seus *amigos* indígenas:

[...]Adoravel indigena amigo, cada dia que passa traz para ti mais uma maravilhosa noticia, de modo a deixar-te a torcer o parafuso na decifração dos quebra-cabeças com que vão por esse mundo até explorando a tua boa fé. E', pois de um novo e maravilhoso assumpto que vamos tratar e, desde já avançamos, fica sabendo que tem elle apaiçoando não pouco a imaginação do indigena francez e, com especialidade ainda, das damas. E' o caso que em uma povoação das proximidades de naney, em Brin, apparece todos os domingos a imagem real e perfeita de Christo na hostia consagrada que o parochos eleva durante a missa, diante dos fieis.[...].¹⁹

O *Correio do Povo* – Um jornal informativo

O *Correio do Povo*,²⁰ um jornal que se propunha informativo,²¹ como citado anteriormente, foi criado em 1º de outubro de 1895 por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, em Porto Alegre. O jornal circulava em Porto Alegre semanalmente, com exceção dos domingos. Acredita-se que o referido jornal não esteve totalmente alheio às questões partidárias, ou seja, pode-se imaginar que este teria algum vínculo com algum extrato da sociedade sul-rio-grandense. Como destaca Chagas, “o jornal se pretende independente, defendendo as elites agrárias”. (CHAGAS, 2001, v. 1, p. 198).

Como a característica do jornal denuncia, o *Correio do Povo* visava informar. Para tanto, suas colunas eram repletas de informações para a comunidade, as notícias eram variadas conforme o próprio contexto que pairava no ar. O período que foi analisado no jornal vai de 1895, ano de sua fundação, a 1910, quando é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), iniciando uma nova fase na política indígena nacional, já caracterizada anteriormente.

A questão indígena era tratada, na maior parte das vezes, na seção dos diversos, na qual havia uma infinidade de informações ao leitor. Raras vezes a questão indígena merecia a primeira página, apenas quando os índios

cometiam alguma atrocidade ou quando da criação do SPILTIN em 1910. Naquele ano, houve uma grande repercussão do fato, sendo dado amplo espaço no *Correio do Povo* para os discursos do governo federal referente ao assunto. Encontraram-se 21 chamadas referentes aos indígenas no jornal; destas, apenas quatro notícias eram sobre os índios no Rio Grande do Sul, no período de 1895 a 1910.

Percebe-se ainda que, no *Correio do Povo*, na seção de anúncios, havia uma infinidade de propagandas de medicamentos, dentre elas localizou-se uma farmácia, a qual se apresentava como *PHARMACIA DO INDIO*. O jornal apresentava diariamente vários medicamentos vendidos por essa farmácia.

Como já expresse anteriormente, quando da pesquisa com os jornais, no caso específico do *Correio do Povo*, encontrou-se uma série de propagandas referentes a medicamentos que advinham de uma farmácia que se intitulava *Pharmacia do Indio*. Notou-se que esses medicamentos eram muito bem-aceitos pela sociedade, pois no período de 1895 a 1910, verificaram-se, na página 7 do Jornal *Correio do Povo*, anúncios diários da *Pharmacia do Indio*. Ocasionalmente fazia-se também menção a essa farmácia em outras seções do jornal.

A referida farmácia utilizou-se do termo *índio* para o comércio de remédios e para com isso obter lucros. Percebe-se, então, que a farmácia apropriou-se do capital simbólico que estava enraizado na palavra *índio*, no que tange aos conhecimentos que os povos nativos detinham sobre a natureza, em especial tratando-se de plantas medicinais. Conforme Bourdieu, o capital simbólico de um grupo é o:

[...] Reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, mas também o discurso ritual ou a simples injunção, até mesmo a ameaça ou o insulto, pretendem exercer, só pode funcionar enquanto tal quando estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente lingüística do discurso.²²

O conhecimento que os indígenas detinham da natureza já foi, por diversas vezes, assinalado pela historiografia desde os primórdios da colonização no Brasil. Conforme encontrado no jornal *Correio do Povo*, havia uma grande quantidade de medicamentos da referida farmácia, que era de propriedade de Sarmento Barata, professor da Faculdade de Medicina, segundo dados levantados em anúncios da *Pharmácia do Indio*. O estabelecimento localizava-se na rua Voluntários da Pátria, 213, em Porto Alegre.

A partir de um comunicado realizado no jornal *Correio do Povo*, a *Pharmacia do Indio* relacionou os medicamentos por ela fabricados intitulados “Produtos químicos e pharmaceuticos” manipulados no laboratório da *Pharmacia do Indio*”, conforme citação que segue:

Peitoral Indiano – cura rápida, infalível de tosse, bronquites, constipações, influenza, doenças do peito, tísica ou tuberculose em 1º grau.

Vinho nutritivo de carne indiano – combate com extraordinario sucesso o raquitismo, fraqueza, debilidade, muito útil para as creanças, pois auxilia o desenvolvimento dos ossos.

Vinho tônico anti-dispéptico Indiano – Não há doenças do estomago e intestino, que este maravilhoso preparado não cure, tais como: dispepsias, diarreias, inflamações, etc, abre o apetite dá forças.

Kola granulada do indio – fraqueza, debilidade em geral, doenças do coração, alimento dos velhos.

Kola granulada fosfatada do indio – fraqueza, debilidade, raquitismo, escrophulas, doenças do coração. Util na amamentação.

Quina granulada do indio – tônico poderoso, anti-febril, sendo este o melhor meio de usar a quina.

Emulsão indiana de oleo de figado de bacalhau – fraquezas, raquitismo, linfátismos, doenças do peito, tosse, bronquites, etc. Este preparado devia ser usado por todas as creanças, pois é agradável, e além disso grandes serviços presta à infância, que em geral é atrofiada, fraca, etc.

Pilulas de iodureto de ferro – util na anemia, falta de menstruação, etc.

Xarope de asten indiano – limpa e evita carie nos dentes.

Ododentina – preparado para lavar a boca e fortificar as gengivas, tirar o mau halito.

Licor visicante do indio – caustico instantaneo para dores, etc.

Xarope anti-reumático do indio – alivia e pode mesmo curar os acessos asmáticos.

Ovulos de Ichthyol indio – cura as doenças do utero.

Campharina – alivia as dores de dentes.

Calecida indiano – tira os calos.

Agua anti-cancerosa do indio – poderoso anti-septico para as lavagens e feridas.

Unguento do indio – cura todas as feridas, seja qual for sua natureza DARTHROS, empingens, ulceras sifilicas, etc.

Supositorios de hamamelis do indio – hemorroidal.

Supositorios de glicerina do indio – prisão de ventre.

Diamantina – é o melhor pó para limpar e conservar os dentes.

Licor de alcatrão indiano – contra as moléstias cutâneas, catarros vesicacos e pulmonares, escorbuto, reumatismo crônico, etc.

Purificador de sangue indiano – cura a sifilis em geral, escrophulas, dARTHROS, empingens, úlceras, purifica o sangue estragado.

Lombricoide indiano – é o único remedio que há para a expulsão dos vermes, porque é inocente; além disso é doce e não precisa purgante.

Oleo de ricino indiano – é o melhor modo de tomar o oleo de ricino; é doce e não é repugnante.

Pó laxativo indiano – cura as prisões de ventre em poucos dias.

Oleo de bacalhau indiano – fraqueza, raquitismo, escrophulas.

Oleo de bacalhau ferruginoso indiano – anemia, fraqueza, falta de regra.

Elixir de Kola – tônico, etc.

Elixir digestivo indiano – util para a indisposição do estômago das senhoras grávidas, arrotos, enjôos.

Saluto indiano – cura da asthma, principalmente até a idade de 14 annos.²³

Conforme constatado, encontrou-se uma grande quantidade de medicamentos, a maioria utilizando a palavra *índio*, além, é claro, da própria *Pharmacia do Índio*.

Já se sabe que a referida farmácia fabricava a maior parte dos medicamentos que comercializava, além disso, nota-se que havia pessoas preparadas para trabalhar em seu laboratório:

Deverá chegar hoje, no Itaipova, o habil pharmaceutico sr. Rudolf Hentache, de volta de sua viagem de estudos a Berlim, e que vem reassumir o seu antigo lugar de um director de um dos laboratorios da Pharmacia do Índio.²⁴

Além disso, a farmácia também trazia medicamentos de outros lugares, de acordo com o anúncio abaixo:

A Pharmacia do Índio offereceu-nos diversos sabonetes medicinaes americanos do acido phenico. Esses sabonetes, que são de superior qualidade e de uso muito recommendavel na actualidade, foram analysados no laboratoiro nacional do Rio de Janeiro e aprovados pela inspectoría geral de hygiene.²⁵

É significativo ressaltar que o termo *indiano* nos medicamentos refere-se a índio, pois a referida farmácia se utilizou da palavra *índio* em seu próprio nome, e também em todos os seus medicamentos manipulados. Como se percebe, a *Pharmacia do Índio* foi uma forma de apropriação, por parte de um setor social interessado em lucrar, melhorando suas vendas, de um saber pertencente aos indígenas, ou seja, o conhecimento das plantas na natureza.

A questão do silêncio: os indígenas nos jornais gaúchos de 1884 a 1910

Analisando os dois jornais trabalhados, notou-se que os mesmos advinham de fases distintas da imprensa gaúcha. *A Federação* apresentava um caráter político-partidário, uma vez que era órgão do PRR (Partido

Republicano Riograndense), e tinha em seu seio os ideais positivistas. O *Correio do Povo*, por sua vez, já inaugurou uma nova fase da imprensa gaúcha, pois se apresentava como “independente”, não estando preso a partidos políticos, tendo como jargão trazer a informação aos leitores.

É possível afirmar, tendo em vista a distinção descrita acima, que os jornais em questão estariam distantes em seus discursos, no que se refere à questão indígena. Entretanto, a maioria das notícias apresentadas detém um cunho semelhante no que diz respeito ao destaque incessante a assaltos e atrocidades que os índios cometiam, ou na descrição da cultura indígena, indicando que o índio poderia tornar-se “civilizado”.

Os jornais pesquisados representavam majoritariamente um extrato social que era composto pela elite²⁶ sul-rio-grandense. Essa elite, no entanto, não pode ser entendida como algo homogêneo, já que havia entre ela tensões e contradições em relação aos projetos que existiam para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

No período que se analisou, encontraram-se fases onde o silêncio em relação ao indígena se sobrepõe; isso pode ser devido à eminência de fatos considerados mais relevantes na época, como por exemplo, o período em que se deu a Proclamação da República. Pode-se pensar também que, em determinados períodos, a questão indígena, justamente por ser uma questão importante, complexa e incômoda, desaparece das notícias do jornal. Pois, conforme Orlandí: “O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário[...]” (ORLANDÍ, 1995, p. 13).

Já, em outras fases, as notícias foram bem mais recorrentes, não havendo um padrão regular para todo o período estudado, sendo que, até o ano de 1910, sem contar este, encontraram-se 32 chamadas de índios. Destas, quatro foram notícias referentes aos índios do Rio Grande do Sul. Somente no ano da criação do SPILT, em 1910, foram encontradas 33 ocorrências. Nestas, o indígena do estado aparece em seis notícias. Como pode-se notar, houve vários períodos de silêncio, que antecederam o SPILT. Esses períodos de silêncio variavam de semanas, meses, semestres e até anos, nos quais se esquecia totalmente do índio.

De acordo com um Relatório de Carlos Torres Gonçalves,²⁷ enviado em junho de 1910 para o Secretário dos Negócios das Obras Públicas, existiam no estado 2.940 índios.²⁸

Assim, também não se deve esquecer que os positivistas, quando da elaboração da Constituição Nacional em 1891, apresentaram um documento à Assembléia Constituinte, que nenhuma repercussão trouxe para o indígena, em nível federal ou estadual. Esse grupo de pensadores, os positivistas,²⁹ foi de extrema importância, uma vez que ergueu a bandeira em favor da causa

indígena, a partir de seus preceitos. Cabe lembrar que, com a instauração da República, os positivistas detinham uma certa influência entre os militares, pois os preceitos comteanos eram apreciados por estes, além de muitos militares seguirem seus ideais. Desse modo, surgiu, a partir do Apostolado Positivista do Brasil, a única proposta encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte, em 1891, que pretendia estabelecer os direitos dos índios:

Art. 1º - A República dos Estados Unidos do Brazil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do extinto Império do Brasil. Compõe-se de duas sórtes de estados confederados, cujas autonomias são igualmente reconhecidas e respeitadas segundo as fórmulas convenientes a cada caso, a saber:

1.Os Estados Ocidentais Brasileiros sistematicamente confederados e que provêm da fuzão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene.

11.Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas ordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistózas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido. (Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, Bazes de uma Constituição política ditatorial federativa para a República Brasileira, 1890.)³⁰

A proposta acima descrita detém o reconhecimento da soberania indígena, sendo que, nesse período, estruturaram-se inúmeros artigos acerca do tema pelos representantes do Apostolado Positivista; dentre eles, destaca-se Miguel Lemos, que foi presidente da Igreja Positivista do Brasil³¹ (IPB), no período de 11 de maio de 1881 até o seu afastamento, que ocorreu em 1903, sendo que, então, assume, na qualidade de vice-diretor da IPB, Teixeira Mendes, ficando no cargo até o ano de 1927.

Os positivistas acreditavam que as nações indígenas eram livres, como quaisquer outras:

Urge, segundo os ditames da moral e da razão, ver nos povos selvagens nações independentes, que devem ser tratadas com as atenções com que tratamos os povos mais fortes... Perante os brasileiros, as tribús selvagens devem, pois, constituir nações livres, cujos territórios cumpre-nos escrupulozamente respeitar e cuja amizade devemos procurar com lealdade. (TEIXEIRA MENDES, R. *Ainda os indígenas do Brasil e a política moderna*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1908. p. 8).³²

Além disso, para o Apostolado Positivista, os índios eram donos dos territórios que ocupavam:

Nenhum homem de coração pode contestar que os selvagens são os senhores das terras que habitam, com títulos tão válidos como os que qualquer nação ocidental pode invocar, para justificar a posse do território que ocupa. (TEIXEIRA MENDES, R. *Em defesa dos selvagens brasileiros*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1894. p.10).³³

No Rio Grande do Sul, houve uma total omissão sobre a questão indígena no decorrer da elaboração da Constituição estadual. O jornal *A Federação* também se omitiu em relação ao assunto. Como destaca Pinto,³⁴ a Constituição estadual³⁵ de 1891, em termos gerais, era a aplicação concreta dos ideais positivistas em seus aspectos políticos. Continha em suas estruturas as bases de uma república ditatorial, pois dava ao presidente quase poderes irrestritos, praticamente acabando com o Poder Legislativo. Os indígenas, contudo, não foram citados na Lei Máxima estadual, ao contrário do que se poderia esperar, devido a todas as prerrogativas elaboradas pelo então presidente do Apostolado Positivista do Brasil, Teixeira Mendes.

No entanto, o Rio Grande do Sul era um estado distinto dos demais em relação ao trato com os indígenas, nos primeiros vinte anos da República, como destaca Ribeiro:

Só uma unidade da Federação, o Rio Grande do Sul, criara um serviço de assistência aos índios para substituir a repartição oficial que, no Império, cuidava do problema. Assim os índios do Sul tiveram suas terras asseguradas e um mínimo de assistência.³⁶

Conforme destaca Ribeiro, o Rio Grande do Sul foi o único estado da federação que criou um órgão, que, entre outras incumbências, era responsável pela questão indígena. A Diretoria de Terras de Colonização, submetida à Secretaria das Obras Públicas, organizou a “Protecção Fraternal aos Índigenas do Rio Grande do Sul”. Essa foi criada em 1908 pelo governador do estado do Rio Grande do Sul, o então presidente Carlos Barbosa Gonçalves.³⁷ Esse órgão foi, portanto, criado antes da estruturação do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, que se deu em 1910. Para assumir o cargo de chefe do novo órgão, foi convidado o engenheiro Carlos Torres Gonçalves, que, desde 1899, já ocupava um cargo na Secretaria das Obras Públicas do estado do Rio Grande do Sul.

Desse silêncio por parte da imprensa quando da elaboração da Constituição nacional e regional, geraram-se duas hipóteses plausíveis: a primeira delas sugere que a questão indígena não detinha muita importância no Rio Grande do Sul, e a segunda sugere que os indígenas tinham tanta importância para o estado, que era inconveniente publicar notícias relacionadas aos índios devido à sua possível repercussão na sociedade sul-rio-grandense, porque a terra era a principal fonte de riqueza para o estado, sendo que os colonos imigrantes ganhavam terras muitas vezes em cima das terras já ocupadas pelos índios. Além deles, havia os fazendeiros que jamais estiveram dispostos a perder terras para os índios.

Conclusão

Sendo que a imagem é um conteúdo específico do imaginário projetado com base em um objeto, esta reflete e constrói representações na sociedade. Os jornais, nesse âmbito, são os instrumentos pelos quais a sociedade produz reflexões e cria percepções de imagens e representações dentro de um determinado contexto histórico. Dessa forma, é pertinente destacar a importância do jornal como fonte histórica, pois este possui uma amplitude maior do que a fonte de caráter documental, além de desempenhar o papel de difusor de opiniões na sociedade.

Desde os primórdios da colonização, as populações nativas da América foram classificadas, e a elas foi associada uma imagem homogeneizante, pois índio é um objeto socialmente construído, a partir do contato entre os povos nativos e europeus. As imagens do índio, de bom e mau selvagem, são imagens construídas ao longo do processo de colonização da América. Elas foram construídas pelas percepções que os europeus tiveram do contato com os indígenas.

Na imprensa sul-rio-grandense, mais especificamente nos jornais trabalhados, *A Federação* e o *Correio do Povo* refletiram-se imagens do índio que vêm sendo perpassadas desde a colonização do Brasil. Essas imagens foram disseminadas pelo menos para uma determinada parte da sociedade (a elite como foi analisado). A partir da pesquisa, constatou-se que a imagem de bom selvagem foi amplamente divulgada pela imprensa gaúcha, ao contrário, entretanto, da imagem do mau selvagem, que foi menos repassada, mas também esteve presente. A supremacia da imagem do bom selvagem perante a do mau selvagem, nos jornais, pode estar associada à grande difusão da ideologia positivista no contexto político sul-rio-grandense do período estudado (1884-1910). Aliado a isso, no Rio Grande do Sul, desde

1908 já existia um órgão que era responsável pela questão indígena, a Diretoria de Terras e Colonização, que organizou a “Protecção Fraternal aos Indígenas do Rio Grande do Sul”.

Os jornais trabalhados advêm de períodos distintos da imprensa sul-rio-grandense, inclusive o jornal *A Federação*, detendo vínculos com o positivismo. A partir das suas ocorrências, constatou-se que esse jornal divulgou em larga escala a imagem de bom selvagem, estando de acordo com seus ideais comteanos, sendo que apenas encontrou-se uma ocorrência de mau selvagem para o indígena do estado. O *Correio do Povo* também repassou, na maioria de suas notícias a respeito do índio, a imagem de bom selvagem. Desse modo, os dois jornais, pelo menos em relação ao indígena, estavam de acordo com os ideais positivistas.

Dentro da própria idéia da imagem do bom selvagem, pode-se perceber que tanto a coluna *Para Impressionar o Indígena* quanto a *Pharmacia do Índio* também conspiravam para a disseminação da imagem de bom selvagem, pois ambos tratavam o índio como sendo ingênuo e detentor de conhecimentos naturais. No que diz respeito à *Pharmacia do Índio*, esta foi útil para à sociedade sul-rio-grandense.

Percebe-se, portanto, que a imagem do bom selvagem foi uma constante no imaginário de parte da sociedade sul-rio-grandense, e que a imprensa gaúcha esteve em consonância com os preceitos comteanos em relação à humanidade dos índios. No caso específico do Rio Grande do Sul, notou-se que o indígena do estado foi pouco noticiado, uma vez que os jornais pesquisados eram gaúchos, e havia um órgão que tratava da questão indígena no estado desde 1908. Em nível nacional, a efetiva criação do SPILT, em 1910, como constatou-se, foi uma tentativa de concretização da imagem do bom selvagem, dentro dos ideais positivistas, e largamente noticiada pela imprensa.

Notas

¹ A importância da imprensa no estudo da história observar: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

² Observar nesse sentido: ZICMAN apud ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 269-289, dez. 1988.

³ REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: o Rio Grande antigo*. Canoas: Editora Regional, 1956. p. 241-264, v. 2. Ver ainda SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁴ ALVES, Francisco das Neves. O jornalismo sul-rio-grandense no século XIX: Um breve histórico e o espaço do debate político-partidário. In: NEUBERGER, Lotario (Org.). *RS: no contexto do Brasil*. Porto Alegre: Ediplat, 2000. p. 21-33.

⁵ Idem.

⁶ ALVES, op. cit., 1998, p. 10.

⁷ De acordo com o “Relatório da Secretaria do Interior e Exterior 1909. Relatório da Directoria de Estatística”, sobre a população do Rio Grande do Sul em 1900: “O recenseamento de 1900 cuja apuração foi recentemente terminada oferece diversas informações sobre a população[...]. Segundo o grau de instrução sabiam lêr 384.381 e não sabiam 774.689; em numeros proporcionaes correspondem a 33% os que

sabiam ler e a 67% os analfabetos de todas as idades [...]. Por serem de incontestavel valor os dados relativos á instrução, bastará citar-se como prova o elevado algarismo de 774.689 analfabetos apurados sobre o total de 1.149.070 habitantes arrolados em 1900: numeros esses que nos attribuem um coeficiente de ignorancia superior a dous terços da população”. p. 98-399. Referindo-se sobre a população escolar: “Pelo censo de 1872 ficou demonstrada a existencia de 86.495 creanças com idade escolar (06 a 15 annos), verificando-se então que 17.793 ou 20,57% frequentavam escolas; as operações de 1890 e 1900 não discriminaram essa frequencia permitindo sómente determinar-se o numero de escolares da mesma idade, sendo em 1890 de 227.314 e em 1900 de 284.748, que em numeros proporcionaes equivalem a 24, 78% e 25, 38%”. In: Relatório da Secretaria do Interior e Exterior: Relatório da Directoria de Estatística, 1909. Arquivo do Solar dos Câmara.

⁸ Love destaca alguns dados sobre a alfabetização no Rio Grande do Sul: “Os dados do censo de 1890 relativos a alfabetização nos municípios do Estado mostram claramente a diferença entre o Rio Grande urbano e dos colonos, de um lado, e o Rio Grande das estâncias, de outro: 58% dos habitantes de Porto Alegre (incluindo as idades de 0-6) e 54,7% dos habitantes de São Leopoldo, a principal colônia alemã, eram analfabetos, contra cerca de 84% de São Borja (no Distrito das Missões) e apenas ligeiramente inferiores aos de Quarai e São Francisco de Paul, na Campanha e na Serra central, respectivamente.” LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁹ Ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1998.

¹⁰ Ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

¹¹ Ver SCHAFFÉ, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹² A seguir relatam-se os jornais e periódicos pesquisados: Amigo do Homem e da Patria – Porto Alegre, de 4/8/1829 a 14/8/1830; *Correio da Liberdade* – Porto Alegre, de 31/12/1831 e 17/4/1831, exemplares únicos; *O Avisador* – Porto Alegre, 7/8/1835, exemplar único; *O Mensageiro* – Porto Alegre, de 1835 a 1836; *O Colono Alemão* – Porto Alegre, 3/11/1836, exemplar único; *O Campeão da Legalidade* – Porto Alegre, 4/2/1837, exemplar único; *O Artilheiro* – Porto Alegre, de 22/7/1837 a 21/7/1838; *O Commercio* – Porto Alegre, 5/5/1840, 9/2/1841, 30/3/1841 e 7/9/1841, *O Analista* – Porto Alegre, de 29/7/1840 e 7/8/1840; *O Americano* – Porto Alegre, 24/9/1842 a 1º/3/1843; *O Panorama* – 1844; *A Voz da Verdade* – Rio Grande, 19/12/1845, ao ano de 1846; *A Matraca* – Porto Alegre, setembro de 1847; *Correio de Porto Alegre* – Porto Alegre, 30/4/1850, exemplar único; *Tribuna Rio-Grandense* – Porto Alegre, 14/12/1854, exemplar único; *O Guayba* – Porto Alegre, 3/8/1856 a 28/12/1856, 8/2/1857 a 20/12/1857, 3/1/1858 a 26/12/1858; *O Noticiador* – Rio Grande, 19/11/1856, 27/10/1855; *O Brado do Sul* – Pelotas, 16/4/1858; *O Conciliador* – Porto Alegre, 17/10/1858 a 1859; *O Commercial* – Rio Grande, 4/4/1860, 2/5/1862 e 17/12/1863; *A Estrela do Sul* – Porto Alegre, 1862, 1863, 1865, 1867 e 1868, alguns exemplares dos anos citados; *O Bagéense* – Bagé, 16/11/1865; *Revista Partenon* – Porto Alegre, 1869 até dezembro do mesmo ano, 1870 e 1871 até 1872 (junho),

quando foi suspenso, e em julho de 1872 reaparece até maio de 1876. *Echo Americano* – Londres, 13/9/1870 a 3/11/1870, 9/5/1871 a 30/4/1872; *O Guarany* – Porto Alegre, 19/7/1874 a 28/3/1875; *O Diabrete* – Pelotas, 4/7/1875 a 8/11/1880; *Albúm do Domingo* – Porto Alegre, 7/4/1878.

¹³ Ver ALVES, op. cit., 2000, p. 21-33.

¹⁴ De acordo com Silva, o jornal *A Federação* foi fundado por Venâncio Aires, primeiro diretor da redação, sendo que logo em seguida a direção do jornal passa às mãos de Júlio de Castilhos. Lembra que “*O jornal esteve sempre voltado para os ideias republicanos, por isto é considerado um continuador das aspirações dos revolucionários de 1835, tendo sido um dos poucos em que a data farroupinha foi sempre lembrada. Seus objetivos estão expressos no cabeçalho: federação[...], unidade[...], centralização[...] desmembramento[...]*.” SILVA, Jandira M. M. da et. al. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986. p. 271. Conforme Sodré, *A Federação: “órgão republicano com papel político muito importante, em cujas colunas se refletiram alguns dos principais episódios da Questão Militar”*. SODRÉ, op. cit., p. 264.

¹⁵ Tema tratado no primeiro capítulo.

¹⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, n. 140, 18 de junho de 1910.

¹⁷ O Marechal Cândido Rondon, devido aos trabalhos realizados em 1906-1909, nas Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, quando do contato com os indígenas, sua figura deteve uma grande amplitude em âmbito nacional, sendo inclusive chamado para se tornar presidente do SPILTIN, em 1910. Nesse mesmo ano, foram publicados na imprensa, no jornal *A Federação* e no *Correio do Povo*, pareceres de Rondon ao governo federal quanto aos índios.

¹⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, n. 99, 29 de abril de 1903.

¹⁹ FEDERAÇÃO, Porto Alegre, n. 41, 17 de fevereiro de 1908.

²⁰ Para ver sobre sua história observar: DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997. FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 131, p. 33-40, 1995.

²¹ A noção de informativo buscava fazer o contraponto dos jornais que eram órgãos diretos dos partidos, como *A Federação*, e era possível devido ao paradigma da época, que acreditava na viabilidade de descrever os fatos sem que essa descrição tivesse algum direcionamento ideológico.

²² BOURDIEU, op. cit., p. 59-60.

²³ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n. 182, 5 de agosto de 1900.

²⁴ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n. 127, 2 de junho de 1906.

²⁵ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n. 249, 2 de novembro de 1899.

²⁶ Utilizou-se o conceito de elite de Flávio Heinz, descrito acima no trabalho.

²⁷ Chefe da Diretoria de Terras e Colonização no Rio Grande do Sul, desde 1908, quando é criado o órgão no estado.

²⁸ Dado extraído do Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao presidente do estado do Rio Grande do Sul, n. 24, no ano de 1910. AHRGS. PEZAT, op. cit., 1990, p. 60.

²⁹ Conforme Ribeiro, os positivistas estavam “baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, e propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza

de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo Governo, evoluiriam espontaneamente. Segundo o modo de ver dos positivistas, os índios, mesmo permanecendo na etapa ‘fetichista’ do desenvolvimento do espírito humano, eram susceptíveis de progredir industrialmente”. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1986. p.134. Ver PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

³⁰ CUNHA, op. cit., 1987, p. 71-72.

³¹ Conforme PEZAT a denominação do Apostolado Positivista foi modificada ao longo do tempo. PEZAT, op. cit., 1997, p. 78.

³² CUNHA, op. cit., 1987, p. 72.

³³ CUNHA, op. cit., 1987, p. 73.

³⁴ PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político altertivo (RS: 1889-1930)*. São Paulo: L&PM, 1986.

³⁵ Ver OSÓRIO, Joaquim Luis. *Constituição política do estado do Rio Grande do Sul: comentário*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

³⁶ RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1962. p. 01. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n. 182, 5 de agosto de 1900. _____, Porto Alegre, n. 127, 2 de junho de 1906.

_____, Porto Alegre, n. 249, 2 de novembro de 1899.

Referências

- ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- _____. O jornalismo sul-rio-grandense no século XIX: Um breve histórico e o espaço do debate político-partidário. In: NEUBERGER, Lotario (Org.). *RS: no contexto do Brasil*. Porto Alegre: Ediplat, 2000. p. 21-33.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1998.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque: 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro: Record, 2001. v. 1.
- COSTA E SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992a.
- _____. *Legislação indigenista do século XIX*. São Paulo: USP – Comissão Pró-Índio, 1992b.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 1997.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 269-289, dez. 1988.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 131, p. 33-40, 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.
- HEINZ, Flávio Madureira. *Considerações acerca de uma história das elites*. Canoas: Logos, v. 11, n. 1, p. 41-52, maio 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1974.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- NEUBERGER, Lotario (Org.). *RS: no contexto do Brasil*. Porto Alegre: Ediplat, 2000. p. 21-33.
- ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- _____. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

OSÓRIO, Joaquim Luis. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul* : comentário. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas*: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

_____. *A política indigenista no Brasil*: o caso do Rio Grande do Sul durante a República Velha. 1990. Trabalho de Conclusão (Curso de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

PICCOLO, Helga. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 93-117.

_____. *Vida política no século XIX*: da descolonização ao movimento republicano. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1992.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo*: um projeto político altertivo (RS: 1889-1930). São Paulo: L&PM, 1986.

REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. *Enciclopédia rio-grandense*: o Rio Grande Antigo. Canoas: Editora Regional, 1956, v. 2, p. 241-264.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RODRIGUES, Cíntia Régia. *As imagens do índio na imprensa sul-rio-grandense. 1884-1910*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2002.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Jandira M. M. da et al. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história a imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FONTES CONSULTADAS

Correspondências

CORRESPONDÊNCIA Ativa e Passiva. Fundo Indígena. Porto Alegre: AHRGS, 1845 a 1890. (Documentos Seleccionados).

Relatórios

RELATÓRIO da Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: AHRGS, 1908.

RELATÓRIO da Secretaria do Interior e Exterior: Relatório da Diretoria de Estatística. Porto Alegre: Solar dos Câmara, 1890 a 1910. (Documentos Seleccionados).

Reportagens selecionadas

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, n. 140, 18 de junho de 1910.

_____, Porto Alegre, n. 99, 29 de abril de 1903.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, n. 182, 5 de agosto de 1900.

_____, Porto Alegre, n. 127, 2 de junho de 1906.

_____, Porto Alegre, n. 249, 2 de novembro de 1899.